

FONTE : O Liberal

DATA : 20.9.83

CLASS. : 219

## Lucio Flavio Pinto

### 4468 A aparência e a verdade

Se o governo pensa em desativar o garimpo de Serra Pelada numa operação-relâmpago, como a executada na década passada em Rondônia, provavelmente cometerá um erro. Deixar o remanejamento dos garimpeiros para a última hora, esperando encontrá-los desprevenido, ou impor uma decisão à base da força só vai agravar os problemas que já estão surgindo na área.

O garimpo deveria ter sido fechado a 15 de novembro do ano passado, mas o deputado federal Sebastião Rodrigues de Moura conseguiu prorrogar o prazo por mais um ano, garantindo assim a tranqüila e esmagadora votação que recebeu em Serra Pelada. Tacitamente, os garimpeiros admitiram 15 de novembro de 1983 como o prazo final para sua permanência numa área em que os direitos de lavra pertencem à Companhia Vale do Rio Doce.

Normalmente, a empresa exigiria do DNPM a retirada dos garimpeiros da área sob sua concessão. Não o fez por dois fatores principais: o número de pessoas que passou a trabalhar no garimpo, que exigiria uma operação de guerra, e porque autoridades situadas na alta hierarquia governamental obrigaram-na a aceitar a presença do garimpo. Em novembro do ano passado, a Vale conseguiu vencer a disputa de bastidores, aliada ao ministro César Cals: o governo estabeleceu o prazo para a suspensão da lavra manual e o pleno exercício dos direitos minerais em poder da empresa.

Num manifesto que está circulando intensamente em Serra Pelada, os garimpeiros anunciam agora que não concordam mais com a decisão governamental. Alegam que o governo havia prometido um ano de carência de trabalho, mas "o tempo está vencendo e Serra Pelada só vive interdita pela Doce-Gel" (grafia errada de Docegeo).

Perguntam se o governo sabe que só trabalharam um mês, quando a carência foi de um ano. E prometem realizar manifestações no "dia nacional do garimpeiro" (que, no manifesto, aparece apenas como "o dia X"), procurando tranqüilizar os demais: "No dia da passeata não fique indeciso, pois no meio dos garimpeiros aparecerá O Jangadeiro" (pseudônimo do subscritor do documento).

O manifesto diz que os garimpeiros vão exigir do governo a manutenção do garimpo, que a venda seja feita somente a Caixa Econômica Federal ("o garimpeiro não quer vender ouro para a multi-nacional Doce-Gel"), por um preço justo (sem o desconto de 14%, cobrado para cobrir as sujeiras e impurezas) e que seja melhorada a assistência sanitária, com mais carros-pipa, hospitais e médicos.

Ao que parece, a Coordenação do Garimpo começou a investigar a origem do documento (o Jangadeiro autodenomina-se "a força do garimpo") e a profundidade das articulações. Este teria sido um dos motivos para a proibição à entrada dos deputados em Serra Pelada: o governo teme que os parlamentares possam reforçar a disposição dos garimpeiros de resistir à desocupação, já decidida. Pretendem isolá-los para evitar maiores problemas.

Mesmo que o objetivo fosse justo, porém, a tática é incompatível com a época de abertura que o país vive e com as aspirações de todos os Estados a um poder de decisão e de autonomia em relação à centralização que prevaleceu nos últimos anos. Impedir o ingresso dos parlamentares é uma violação à Constituição e um desrespeito à hierarquia dos poderes.

Só subsistirá como medida de força, caso os deputados voltem com um mandado de segurança.

Mas é também uma tática ineficiente. O manifesto demonstra que os garimpeiros estão sendo desinformados para que assim possam ser manipulados. O documento afirma que a Docegeo é uma multinacional, quando na verdade é uma estatal, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, que pode ser — dependendo da vigilância da sociedade — justamente um anteparo ao indisfarçável interesse que as multinacionais estão manifestando pelo ouro da Amazônia.

Toda a mobilização dos garimpeiros é feita com base neste argumento poderoso: "A serra não é um garimpo, é uma mina de ouro. Quem descobriu foi o aventureiro garimpeiro. E agora? Nós vamos deixar para o estrangeiro?". Acrescenta ainda o manifesto que a Docegeo "está desviando nosso ouro desde o início do garimpo" e que por isso "está sem força moral".

A técnica de redação do manifesto, sua preocupação com a não identificação e a manipulação de dados que pratica indicam que a mobilização pode estar sendo feita de fora do garimpo — e não exatamente em defesa do garimpeiro. Há realmente interesses muito mais profundos, contraditórios e complexos na questão. Não será fácil esclarecê-la e definir qual a melhor orientação a seguir sem que toda a dimensão do problema seja apresentada. Há muitos artistas nesta novela: os garimpeiros, os exploradores do garimpo, políticos e políticos, autoridades e autoridades, empresas e empresas, interesses e interesses.

O ditado popular cabe como luva neste caso: nem tudo o que reluz é ouro. A aparência pode não ser a realidade. Mas o remédio para todos os males tem um nome: a verdade. E ela só surge do debate, de esclarecimentos e de informações abundantes. O contrário é mistificação.